



doi: 10.20396/rfe.v11i3.8658558

Os dois Jorges Nagles The two Jorge Nagles

Fernando de Oliveira¹

Resumo:

Este breve ensaio discute dois aspectos da produção bibliográfica do educador brasileiro Jorge Nagle recentemente falecido: por um lado, a feição crítica de sua primeira obra, *Educação e sociedade na Primeira República*; por outro, o modo aparentemente conformista de sua interpretação da Lei nº 5.5692/71 no livro *A reforma e o ensino*. A partir de uma narrativa pessoal, pela qual o ensaísta revive o encontro que teve com o professor Nagle cerca de seis meses antes de seu falecimento, são apresentados estes dois Jorges Nagles, tendo em vista explorar as dicotomias que os separam e as constantes que os identificam em formas (distintas) de pensar a “reconstrução educacional” do Brasil.

Palavras-chaves: Jorge Nagle (1928-2019). História da Educação Brasileira (Século XX). Reformas do Ensino.

Abstract:

This brief essay discusses two aspects of the bibliographical production of the recently deceased Brazilian educator Jorge Nagle: on the one hand, the critical feature of his first work, *Educação e sociedade na Primeira República*; on the other hand, the apparently conformist way of his interpretation of the Law nº 5.692/71 in the book *A reforma e o ensino*. From a personal narrative, by which the essayist revives the meeting he had with professor Nagle approximately six months before his passing, these two Jorge Nagles are presented, in order to explore the dichotomies that separate them and the constants that identify them in (distinct) forms of thinking about Brazil’s “educational reconstruction”.

Keywords: Jorge Nagle (1928-2019). History of Brazilian Education (XX Century). Education Reforms.

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

À procura de Jorge Nagle

Bento de Espinosa, filósofo do século XVII, identificava a salvação à vida feliz e livre. “Considera-se felicidade”, escreveu ele, “termos podido percorrer todo o espaço de uma vida com uma Mente sã num Corpo sã” (Espinosa, 2015, p. 573). Além e aquém do que alcança toda vã ou sublime filosofia, a experiência também ensina que nada há de mais desejado no mundo do que preencher uma longa vida com lucidez mental e disposição corporal para pensar e agir por várias gerações.

Jorge Nagle se formou pedagogo pela Universidade de São Paulo em 1955. Tornou-se um clássico da história e sociologia da educação brasileira com o livro *Educação e Sociedade na Primeira República* (1974). Ele foi professor e pesquisador da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara-SP, atualmente integrada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), instituição onde atuou também como reitor entre 1984 e 1988. Nagle faleceu aos 90 anos de idade, no dia 21 de junho de 2019, tendo vivido um longo caminho de encontros com uma mente sã e um corpo que, mesmo diante de alguns obstáculos da última fase de sua vida, sempre esteve à disposição das atividades acadêmicas. Eu o conheci pessoalmente seis meses antes de seu falecimento, no dia 17 de dezembro de 2018, por ocasião do lançamento do livro *Flutuações da Pesquisa Educacional* no Salão Nobre da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Antes disso, eu estive em contato com ele apenas por meio telefônico.

Nossa aproximação se iniciou em virtude do plano de organizar um livro em homenagem aos cinquenta anos de criação do artigo “O problema da pesquisa em educação e algumas de suas implicações” do professor Luiz Orlandi. O artigo, assinado em 1968, enfrentou o desafio de pensar o grande impasse da pesquisa educacional brasileira: as flutuações do saber pedagógico. Citado por diversos pesquisadores brasileiros, como Ivani

Fazenda (1979) e Dermeval Saviani (1987, 1990, 2017), o texto agradou profundamente Nagle, ex-professor de Orlandi².

Diante da tarefa de reunir autores que pudessem participar da publicação, o nome de Nagle se tornou indispensável. Mas como encontrá-lo para fazer o convite?

Na internet, seu Currículo Lattes registrava a última atualização no ano 2000 (estávamos em 2017); nenhuma notícia de seu e-mail aparecia nas redes, por mais que revirássemos todas as incidências de seu nome. De imediato, ocorreu-me ligar para Araraquara e conversar com algum funcionário do instituto pelo qual ele se aposentou, a fim de obter algum número de telefone ou celular pelo qual eu pudesse contatá-lo. A secretária que me atendeu, muito gentil, disse não constar em sua lista nenhum número de Nagle, mas conseguiu me oferecer uma boa dica. Depois de muitos vaivéns, consegui finalmente localizá-lo.

O primeiro contato telefônico foi profundamente alegre. Nagle ficou muito contente por ter notícias de Orlandi e por saber que organizávamos uma publicação sobre as ideias pedagógicas de seu ex-aluno. Entusiasmado, confirmou que produziria um capítulo para o nosso livro. O mais inusitado foi saber de que maneira ele se comprometia a elaborar e a enviar sua contribuição aos organizadores: ele datilografaria o texto (em máquina de escrever) e nos enviaria por Correio (em forma de carta). E assim foi.

Várias vezes conversamos por telefone ao longo do processo de elaboração do livro. De início, quando na casa dele atendiam minha ligação, eu me identificava como Fernando. Ele tomava o fone e cumprimentava resabiado, hesitante:

– Alô? Fernando?

– “Olá, professor, tudo bem?”, eu respondia.

² Descobrimos posteriormente que o artigo de Orlandi havia surgido como ideia quatro anos antes, no ano de 1964, na própria sala de aula de Nagle, durante seu curso de Didática ministrado em Araraquara. Orlandi, aluno do curso de Pedagogia, produziu o trabalho “O programa escolar: seu conteúdo e sua transmissão” como texto de conclusão de disciplina. Com ele, ganhou a admiração do professor que guardou – por mais de cinquenta anos! – aquele escrito (de quarenta páginas) em seus arquivos.

Descobrimo minha voz do outro lado da linha, com animação, vinha a exclamação de quem descobre quem é seu interlocutor:

– Ah, o Bonadia! Tudo bem?!”.

A animação, é verdade, durava apenas os primeiros cinco minutos de ligação, pois Nagle não era afeito a conversas por telefone; insistia para que agendássemos uma conversa pessoal, dispondo-se a ver se poderia me receber na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP)³.

Ciente de que a energia de Nagle se limitava aos primeiros minutos de conversa, eu me apressava para tratar das questões formais em torno da publicação do livro, e logo avançava para abordar assuntos relativos à pedagogia e à história da educação brasileira. Em um ano de contatos telefônicos, muitas coisas eu perguntei e, embora nem sempre encontrasse exatamente as respostas que desejava, sempre terminei a ligação com muitas novas reflexões, registrando depois tudo o que havia escutado.

Dois Jorges Nagles

Terminada edição do livro e definida a data e o local do lançamento, voltei a ligar para Nagle que, mesmo exultante ao saber das notícias, demonstrou hesitação quanto à possibilidade de comparecer ao evento, afinal, ele havia tido uma queda acidental tempos antes (“nada sério”, assegurou), e estava em processo de recuperação física. Somente dois dias antes do evento obtivemos a confirmação: Nagle estaria conosco no Salão Nobre da Faculdade de Educação da UNICAMP, às vésperas do Natal, para compor a mesa de lançamento de *Flutuações da Pesquisa Educacional* junto aos organizadores (Oliveira; Figueiredo; Magiolino, 2018) e aos professores Luiz Orlandi e Dermeval Saviani.

Para esperar Nagle, cheguei mais cedo à Faculdade de Educação, acompanhado pela amiga Larissa Bueno, que contribuiu para a edição do

³ Nagle, desde os anos 1990, esteve ligado à FESPSP, onde chegou a atuar como membro do “Conselho Superior”.

livro e testemunhou tudo o que se deu daí em diante, fotografando alguns momentos desse encontro⁴. Ele andava em minha direção com seu singular suspensório, um boné branco que escondia um ferimento na testa (provavelmente derivado do acidente), e uma bengala guiando seus passos curtos. Fui ao encontro sem imaginar o que se passava na cabeça dele ao ver se aproximar aquele rapaz bem mais magro e alto do que ele. Enfim, nos apresentamos e imediatamente nos dirigimos para o elevador. Ao entrarmos, ele me olhou bem e disse:

- Bonadia! Eu te imaginava baixinho e barrigudo!

Adentrando o Salão Nobre, apresentei-o às amigas organizadoras de *Flutuações da Pesquisa Educacional* e então nos sentamos para aguardar o início do lançamento. Aproveitei que teria ainda alguns minutos a sós com ele e lhe expliquei que, para mim, havia dois Jorges Nagles. O primeiro era o autor do livro *Educação e Sociedade na Primeira República*, fruto de tese de livre-docência apresentada no ano de 1966; este autor, que conheci por leitura durante minha graduação em Pedagogia (naquela mesma Faculdade de Educação), era um autor crítico e radical. O segundo, o avesso do primeiro, era o autor de *A reforma e o ensino*, livro lançado em 1973, e que fazia uma apresentação pedagógica da reforma escolar da ditadura, a Lei nº 5692/71, enaltecendo o feito dos legisladores em caráter eminentemente pragmático. Nagle, de imediato, disse-me que não era bem assim; nem o primeiro era tão crítico, nem segundo tão adaptado. Decerto, só uma longa conversa pessoal – jamais realizada – poderia permitir que colocássemos todos os pingos nos is.

Vou descrever agora, com mais detalhe, esses dois autores que se incorporam em uma só pessoa, na expectativa de que mais colegas do campo de estudos da Educação Brasileira me ajudem a decifrar o mistério.

O primeiro

⁴ O lançamento do livro foi também registrado em vídeo pela equipe técnica da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

O primeiro Jorge Nagle que conheci remete ao meu contato com a Pedagogia durante a graduação. Foi o momento em que entendi certos movimentos da sociedade brasileira republicana que eram até então inconcebíveis para mim, embora os julgasse conhecer pelos ralos conhecimentos de História que eu trazia do Ensino Médio. Nas páginas iniciais de *Educação e Sociedade* encontrei afirmações que me fizeram captar as figuras históricas da República por suas próprias vozes, e não apenas pela palavra dos intérpretes. A tese recorta um período preciso, 1920 a 1929, mas envolvia todo o período da chamada Primeira República (1889-1930) (Nagle, 2009, p. 7).

A tese, em forma de livro, está dividida em duas partes, iniciadas por uma breve introdução. A parte I se divide em duas seções: “Setores da sociedade brasileira” e “Movimentos político-sociais e correntes de ideias”. A seção inicial percorre, respectivamente, o setor político, econômico e social do Brasil nos anos 1920, compondo quase cinquenta páginas de um texto cuja conclusão é a de que

a parte nuclear do sistema de regulamentações, que demarca o jogo das forças sociais com representações na estrutura do poder, é a mesma, no final da Primeira República, como foi em momentos históricos antecedentes (p. 11).

Os aspectos econômicos e sociais da Primeira República no Brasil são apresentados por Nagle como uma *estrutura*. O autor descreve, em meio ao transbordamento de informações colhidas de fontes primárias e secundárias, qual era a estrutura da sociedade brasileira; explicita a constituição de uma nova classe dirigente que se criava e se sustentava na economia cafeeira (p. 21); aponta o aumento da importância das “camadas” médias da sociedade brasileira, ainda que admita ser problemático tomar tais *camadas* como se fosse uma *classe*, uma vez que não estavam articuladas. Em suas palavras, essas camadas eram “economicamente instáveis, politicamente míopes e ideologicamente inconsistentes” (p. 40-41).

A segunda seção da primeira parte situa, com notável rigor, os movimentos sociais e intelectuais que atuaram nos anos 1920 e constituíram a forma da sociedade brasileira de então: socialismo, anarquismo, maximalismo, nacionalismo, catolicismo, tenentismo, modernismo e integralismo. Em todas as faces, Nagle resgata a essência das pautas que circulavam e compunham o quadro ideológico do Brasil entre as diferentes frações da população. Frequentemente ignorada e considerada de caráter generalista e introdutório por muitos especialistas, a primeira parte do livro é a etapa que torna inteligível a segunda (e, no meu entender, a principal) etapa, cujo título marcou os sentidos da história da educação republicana brasileira: “o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico”⁵.

A segunda parte⁶ do livro tece (tramando os fios da política, da economia, e do pensamento brasileiro) a articulação prometida como algo fundamental da obra inteira: integrar e relacionar “dois universos que não têm estado muito próximos um do outro, nos estudos que têm sido feitos: o da educação e o da sociedade brasileira”, de tal forma que fossem envolvidas – como convém a um “estudo bem conduzido da educação (escolar)” – as “três dimensões: a da sociedade, a do sistema escolar e a da estrutura técnico-pedagógica” (p. 7).

Nagle emprega o termo “bem conduzido” para qualificar o suporte metodológico que obedece às necessidades de uma investigação sobre *a educação e a sociedade* brasileira, ambas em relação e integração. A palavra “condução” implica movimento, deslocamento, passagem de uma etapa a

⁵ Segundo Nagle (2009, p. 115), “de um lado, existe a crença [entusiasmo pela educação] de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional; de outro, existe a crença [otimismo pedagógico] de que determinadas formulações doutrinárias sobre escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (escolanovismo)”.

⁶ A segunda parte está dividida em cinco grandes capítulos: “O entusiasmo pela educação”, “Iniciativas e reformas dos Estados e do Distrito Federal”, “A penetração do escolanovismo no Brasil”, “A literatura educacional”, “O Estado e a educação”. Os dois campos iniciais são compostos de vários subtítulos. O primeiro compreende os subtítulos “A criação da Universidade do Rio de Janeiro”, “A Conferência Interestadual de Ensino Primário”, “A reforma João Luís Alves”, “A remodelação do ensino técnico”, “O regulamento do ensino das ciências econômicas e comerciais” e “O ensino agrônômico”. O segundo envolve os subtítulos: “Administração escolar”, “Ensino Primário”, “Ensino Normal”, “Outros níveis e ramos do ensino”, “Nacionalização do ensino” e “Ruralização do Ensino”.

outra, de sorte que tudo venha a se ordenar bem. O autor não percorre apenas o caminho SOCIEDADE – EDUCAÇÃO ESCOLAR – SOCIEDADE, como seria de se esperar de um trabalho exclusivo de sociologia; para além deste necessário circuito, ele avança para o âmago da educação escolar, que é a “estrutura técnico-pedagógica” das escolas, sem a qual a *escola* não se realiza como instituição social específica.

Em razão dessa condução é que se entende uma das mais solares conclusões de Nagle a respeito do escolanovismo no Brasil. Depois de um vasto percurso reflexivo sobre o assunto, ele afirma:

A exposição anterior mostrou a difusão do ideário escolanovista e sua penetração nas instituições escolares de diversos estados e do Distrito Federal; particularmente, ficou demonstrado que a difusão e a penetração se processaram conjuntamente com o movimento reformista da instrução pública. Não houve, portanto, um primeiro momento em que as novas ideias e os novos princípios se difundissem amplamente, e um segundo momento em que, a partir dessa irradiação, fossem executados planos em conformidade com o novo ideário (2009, p. 281-282).

A difusão social das teorias escolanovistas e a penetração pedagógica do escolanovismo como prática nas escolas foram processos simultâneos no Brasil. O caso do escolanovismo brasileiro, diferente dos casos europeus, só pode ser compreendido na dinâmica das reformas, no elo político da relação/integração entre educação e sociedade. Sem entender, antes, como operavam os setores políticos e econômicos da sociedade e o conjunto de ideias que então circulavam, não podemos captar a dinâmica da educação brasileira na Primeira República; da mesma forma, sem a análise pedagógica da escola brasileira na Primeira República, não podemos entender o porquê de não ter tido nenhum significado de mudança, para a sociedade e a educação brasileira, a passagem do Império para a República. Ao fim da exposição de um argumento presente nas últimas páginas de seu livro, Nagle arremata:

Na prática, portanto, de pouco valeu a passagem do Império para República, duas formas doutrinariamente diversas de organização do Estado, bem como de pouco valeram as pregações dos propagandistas e idealizadores da República a respeito da instrução, pois com essa passagem, permaneceram os mesmos princípios adotados no regime anterior, especialmente o descaso com relação à educação popular, que foi o aclamado instrumento para tornar possível o sufrágio universal, fundamento do novo regime (p. 305-306).

As reformas, empreendidas por técnicos e especialistas que pregavam o liberalismo, recaíam repetidas vezes, no “desvio aparatoso”, isto é, na “distorção técnica”, que inviabilizava o sentido transformador da educação, conferindo-lhe uma dimensão técnica pura. Incapaz de cumprir qualquer grande meta política (como, por exemplo, alfabetizar as massas para alcançar a participação de todos no processo eleitoral), a remodelagem projetada pelas reformas fracassou retumbantemente. Um exemplo de reforma nesse sentido, ocupada pela *distorção técnica* em sua mais refinada lapidação, veio a se dar com a reforma escolar da ditadura: a Lei nº 5692/71.

Nagle escreveu sobre ela...

O segundo

O segundo Jorge Nagle, de *A reforma e o ensino*, conviveu comigo desde os tempos de graduação como um livro de consulta sobre a Lei nº 5.692/71. Depois da graduação, já no papel professor de História da Educação Brasileira em cursos de Pedagogia, este livro foi, assim como a obra *A didática na reforma do ensino* de Maria de Fátima Castello (1974), um guia para a interpretação deste texto legal no terreno da prática de ensino.

A Lei nº 5.692/71 se destaca, em diversos comentários (Saviani, 1984; 2004; Libâneo, 1997; Gadotti, 2003), como promotora de uma educação tecnicista. Ficou historicamente conhecida pela forma antidialógica com que

se impôs, tendo sido criada no gabinete do Ministério da Educação comandado por militares e, em poucos meses, aprovada em um clima de “autoritarismo triunfante” (Saviani, 2002). A lei em questão é comumente referenciada por seu fracasso (Cunha; Góes, 1985; Germano, 1993) e pela bandeira da profissionalização (Cury, 1983) como redentora de todos os males da educação brasileira.

Como o Jorge Nagle (2009, p. 315) que concluiu *Educação e Sociedade na Primeira República* afirmando que “no campo da escolarização o Estado se apresenta como instituição asseguradora da estrutura de classes” pode ser o mesmo autor que aceita e enaltece uma ação do Estado que aprofunda a estrutura de classes vigente naquele tempo (início dos anos 1970)? Nagle assinalou, em sua tese-livro, que ainda se mantinha vivo o Estado como “agente que impede, mais do que dinamiza, a escolarização” (Nagle, 2009, p. 315). Então, indagamos: em qual aspecto uma legislação imposta ao corpo docente e aos discentes – isto é, sem ter sido construída pela participação – pode dinamizar a democratização da escola? Como o autor que apontou o “desvio aparatoso” das reformas educacionais dos anos 20 pôde apostar as fichas em uma legislação que pretendia, declaradamente, profissionalizar em massa? Desde o ano de 1968, pelo menos, sabia-se do envolvimento do Ministério da Educação (criador da lei) com a Aliança para o Progresso (USAID) e dos objetivos deste envolvimento (Alves, 1968). Mas o que fez Nagle com isso?

Antes de procurarmos a defesa para esses apontamentos sobre Nagle, tentaremos entender sumariamente a natureza de *A reforma e o ensino*, sua composição e o posicionamento pessoal do autor em relação à reforma.

Diferentemente de *Educação e Sociedade na Primeira República*, obra dedicada aos próprios professores do autor, “Fernando de Azevedo e Laerte Ramos de Carvalho” (Nagle, 2009, p. 8), *A reforma e o ensino* está dedicada “aos diretores, supervisores e professores das escolas de 1º e 2º graus” (Nagle, 1973, s/p.). Se a primeira tem em vista contribuir para o especialista (universitário ou acadêmico), a segunda pretende auxiliar os práticos do ensino (administradores e professores de escola). Se a tese de

1966 se caracteriza pelo olhar aos fundamentos da educação, o livro sobre a reforma se define como “análise intermediária”⁷ (1973, p. 2), ou seja, como elo entre os fundamentos e a prática.

Dividida em seis partes e em quinze capítulos, *A reforma e o ensino* é um livro destinado à “equipe escolar”. Para atender a esse público, afirma Nagle (p. 9), seu trabalho se divide em “quatro grandes partes”. Na primeira, ficam expostos os “princípios orientadores” da reforma; na segunda e na terceira são tratadas as “características da nova escola de 1º e 2º graus”; na quarta são abordadas as “prerrogativas ou aberturas” que “cada estabelecimento deve utilizar para a formulação de seu próprio projeto de educação escolar”. O trabalho, devidamente delimitado, tem uma “natureza basicamente descritiva” (p. 107), que se restringe “aos aspectos intra-escolares, de natureza técnico-pedagógicas e administrativas”; seu objetivo é “trabalhar determinadas proposições e medidas da reforma da escola de 1º e 2º graus, de modo a convertê-las em ferramentas para aperfeiçoar o funcionamento dessas unidades escolares” (p. 9). Para Nagle, o “maior significado” de seu livro é “habilitar cada equipe escolar a defender as suas aspirações e posições no campo da educação escolar”, de modo a “impedir qualquer forma de usurpação” (p. 10).

Como se nota, distinguindo-se de *Educação e Sociedade na Primeira República*, que pretendia amalgamar discussões diversas (sociológicas, escolares e técnico-pedagógicas), *A reforma e o ensino* se centra na prática. Por isso, o primeiro bloco de capítulos contém os princípios norteadores da reforma, desenvolvidos em uma linha que vai desde a compreensão do “novo sistema escolar” para suas “novas” propriedades (descentralização, diversificação, elasticidade, continuidade, terminalidade, integração⁸). Indo do geral para o particular e do menor ao maior grau, ele apresenta, respectivamente, a escola de 1º e a de 2º grau; no desfecho, trata de questões

⁷ Segundo Nagle (1973), “praticamente inexitem estudos e análises intermediárias, no sentido de servirem de ponte de ligação entre temas amplos e restritos” (p. 2); “(...) as análises intermediárias (...) relacionam temas amplos e restritos” (p. 3).

⁸ Uma análise crítica desses pontos pode ser encontrada em Saviani (2002, p. 108-119).

mais específicas quanto a “proposições e medidas” diversas, dando ênfase à “educação supletiva”.

É justamente no desfecho da obra que encontramos a posição pessoal de Nagle sobre a reforma. Encontramos também sua posição em relação ao futuro do texto da lei aprovado em 1971. A primeira posição é de “aceitação”; a segunda, de “promessa”. Nagle alega que não está sendo “pouco crítico” e nem que cumpre com “espírito ingênuo” a tarefa “de auxiliar o professorado”. Ostentando a convicção na fecundidade de seus esforços, ele garante que sua “posição diante da nova Lei” é, “sem dúvidas” e “em princípio”, de “aceitação”. Embora liste uma série de críticas aos propósitos reformistas⁹, declara que sua “predisposição favorável à reforma” teve início quando constatou “que havia correspondência” entre o que se proclamava no “Relatório do Grupo de Trabalho” (elaborado pelo grupo de teóricos convocado pelo regime¹⁰) e o que “se estabelecia” no texto da Lei (p. 107). Ao contrário das reformas anteriores (Nagle foi um estudioso das reformas educacionais republicanas), nesta não há um “superávit ideológico”. A reforma permite transferir a responsabilidade da organização inteira da escola para as próprias escolas, e há nisso extrema positividade (p. 108)¹¹.

⁹ Confessa Nagle: “Eu sei que a Lei nº 5692/71 e a legislação complementar propõem muitos problemas que se escalonam desde os de ‘natureza filosófica’ até os de natureza técnico-pedagógica, para mencionar os dois grandes polos em que se insere a problemática da educação escolar. Por exemplo, o problema mais amplo do ajustamento do novo modelo à sociedade brasileira e à nossa tradição escolar; o da profissionalização e o do correspondente mercado de trabalho; o das condições dos órgãos especializados e o da habilitação do seu pessoal; o de natureza técnico-pedagógica, onde termina por refluir toda a problemática levantada”. Na sequência, completa: “Eu sei também que houve muitas falhas – talvez difíceis de serem eliminadas nesta altura – do processo pelo qual se procedeu à divulgação das inovações constantes da nova reforma. Os órgãos responsáveis parece que não se deram conta de que já devia estar ultrapassada a fase em que uma reforma era proposta na Capital e em bloco mandada para os Estados e para as escolas, sem a preocupação de escolher canais adequados de comunicação e sem preparar a clientela para receber a inovação” (1973, p. 107).

¹⁰ Segundo Saviani (2002, p. 107), “o ministro da Educação, coronel Jarbas Passarinho, designou para compor o Grupo de Trabalho os seguintes membros: padre José de Vasconcellos (presidente), Valnir Chagas (relator), Aderbal Jurema, Clélia de Freitas Capanema, Eurides Brito, Geraldo Bastos da Silva, Gildásio Amado, Magda Soares Guimarães e Nise Pires”.

¹¹ Ao descrever o Parecer nº 853/71 para a ordenação do currículo, ele observa que este documento “estabelece que é ‘problema dos professores’ a integração dos estudos, evitando barreiras rígidas entre atividades, áreas de estudo e disciplinas, bem como segregações no

O último parágrafo do livro, otimista mas cauteloso, adverte que a nova Lei carrega em si uma “promessa” e uma “mensagem de esperança”: a esperança – a ser construída e alcançada com luta – não se descolava da promessa de que a reforma não viesse a ser “desviada dos rumos estabelecidos”, de maneira a se converter em “mais uma frustração a ser acrescentada a uma série de outras” (p. 109).

O destino da Lei no repertório dos comentários críticos da política educacional brasileira evidencia que a esperança foi vã e a promessa não foi cumprida. Nagle, contudo, foi claro ao dizer que concordava “em princípio” com a propositura dos reformistas e apontou as falhas que o tempo se incumbiu de mostrar que eram, de fato, falhas graves¹².

As possíveis razões da dualidade

Para encaminhar uma resposta nagleana possível, volto-me à apresentação da “Coleção Ensino” da Edart, a editora que publicou *A reforma e o ensino*. O texto, posto antes do prefácio, também é assinado por Nagle e tem como título “Nota explicativa”. Na verdade, segundo penso, o texto poderia se chamar “Crítica à literatura educacional brasileira”. Neste texto, ele reproduz, com outras palavras, a tese que já estava revelada na parte final de *Educação e Sociedade na Primeira República*: há trabalhos diversos que tematizam a “educação escolar” em relação a problemas ligados à Psicologia, à Economia, à Sociologia, mas eles estão desvinculados “do nosso contexto histórico ou do conjunto de problemas específicos que estão sendo enfrentados num determinado momento”. A “biblioteca pedagógica brasileira” não consegue nem “abranger as condições concretas”, nem “apontar as consequências imediatas” do que

interior de cada uma dessas categorias curriculares” (p. 103); e afirma em seguida: “com a nova legislação os elementos do ato docente-discente devem ser propostos, programados e executados pelos próprios professores, aos quais se reconhece a competência para assim proceder” (1973, p. 104).

¹² Entre as falhas, a reforma devia ter se comprometido a “oferecer, a cada escola, os recursos necessários” para “sua implementação” (p. 5).

apregoa; é incapaz de “encaminhar as decisões sobre as medidas” que o professor precisa “adotar” na prática.

A dupla tarefa de (a) envolver as condições concretas do trabalho pedagógico escolar e (b) apontar as consequências imediatas dos objetivos do ensino, de modo a orientar as atividades dos profissionais da educação, levou Nagle a uma escrita pragmática¹³. Considerando-se que a natureza da prática pedagógica é constituída de tal forma que não admite separações – como convenientemente estabelecem (e devem estabelecer) os trabalhos teóricos – é necessário preencher a biblioteca pedagógica do Brasil com obras de caráter intermediário, isto é, que façam a ponte (já aqui aludida) entre as especulações gerais e as práticas específicas. Nagle explicita uma verdadeira fixação na “estrutura técnico-pedagógica” da escola; para ele, os pedagogos são “especialistas em ideias gerais”¹⁴, que pregam e divulgam suas teses com loquacidade, mas silenciam quando se trata de amparar efetivamente a prática escolar.

Por essas razões, somos levados a supor uma primeira resposta possível de Nagle à acusação de ambiguidade: *Educação e sociedade na Primeira República* e *A reforma e o ensino* são livros de propósitos e naturezas diferentes e, por isso, parecem ter sido escritos por autores distintos. Enquanto a primeira obra busca satisfazer interesses da teoria e,

¹³ As demonstrações deste pragmatismo pedagógico percorrem toda a apresentação à Coleção Ensino: “Essas análises [da Psicologia], contudo, falham quando permanecem num universo de discurso muito geral, sem lograr efeitos no universo da organização escolar e do funcionamento da sala de aula (...)” (p. 2); “(...) é no conjunto de questões de natureza técnico-pedagógicas que se realizam as aspirações, teorizações, ideias e princípios, que se possui sobre a educação escolar” (p. 2); “Se as disciplinas particulares, que também tratam da educação escolar – como a Filosofia, Psicologia ou Sociologia – têm alguma coisa a contribuir para o seu estudo, reformulação e melhoramento, então precisam concorrer para influir, não remota, mas diretamente, na solução de problemas de natureza técnico-pedagógicas” (p. 3); “Assim se estabelece relação entre os aspectos doutrinário e técnico, considerando-se aquele como ponto de partida e este como ponto de chegada, ao mesmo tempo que se esclarece uma característica importante do nível técnico-pedagógico, a de mensageiro do nível doutrinário” (p. 6).

¹⁴ Este argumento segundo o qual o saber pedagógico é vago e oscilante aparece também em Saviani (1984, p. 56). “Uma vez que interferem na educação diversos fatores, compreendê-la implica levar em conta diversas perspectivas, empreender abordagens várias. Isto acarreta, contudo, uma dispersão que se traduz ou num enciclopedismo vacilante, ou nas chamadas “flutuações da consciência pedagógica”. Como se vê, a passagem de Saviani – que retoma bem a essência do que afirmou Nagle – se faz pela mediação do conceito de “flutuação” de Luiz Orlandi (2018).

em função disto, recorre à educação escolar e à estrutura técnico-pedagógica da escola, a segunda visa dar conta de demandas da ação educativa depois de iniciada a reforma promovida pela Lei nº 5.692/71 e, nesse sentido, constitui-se como uma obra de “análise intermediária”.

A segunda resposta possível para a dualidade de feições demonstrada por Nagle pode ser dada por um “amadurecimento” que se obteve, na área da educação desde o final dos anos 1960 até o começo dos anos 1970. Segundo o autor, o exemplo histórico da tentativa de democratização do curso ginasial nos Estados da Nação descortina certa postura passadista pela qual os professores combatiam o “caráter seletivo da escola”, mas quando “medidas foram executadas para realizar essa aspiração, mudavam o tom de suas manifestações e começavam a falar em ‘rebaixamento da qualidade’” (p. 1).

Nagle provavelmente se refere às tentativas de democratização experimentadas no Estado de São Paulo na década de 1920 e na década de 1960. Em 1920, Sampaio Dória empreendeu uma reforma cujo ponto central “foi a reorganização do ensino primário” fazendo com que, de um lado, a “obrigatoriedade escolar” não começasse mais aos sete, e sim aos nove anos de idade e, de outro, fazendo com que os programas (currículo) ficassem “concentrados” em um curso primário “reduzido para dois anos” (Azanha, 2004, p. 338). Os professores, contudo, renegaram naquele então uma reforma que pretendia “democratizar” o ensino sem a criação das condições (estruturais e organizacionais) para a democratização. Entre 1967 e 1970, quase 50 anos depois de Sampaio Dória, José Mário Pires Azanha articulou também uma reforma desse tipo, mas no curso ginasial¹⁵. Nessa época, o acesso ao ginásio era mediado pelos “exames de admissão” que, segundo Azanha (2004, p. 339), constituíam uma “barreira quase intransponível para a grande massa de egressos do primário”. Nestas circunstâncias, a decisão do reformador foi unificar “a preparação das provas” de admissão e reduzir “as suas exigências”. Com isso, as salas de aula da primeira série do curso

¹⁵ José Mário Pires Azanha era do setor do Ensino Secundário da Secretaria do Estado da Educação de São Paulo durante a administração de Ulhôa Cintra (1967-1970).

ginasial ficaram superlotadas e a qualidade do ensino foi fortemente prejudicada. Para ele, assim como em 1920, “o problema maior” da reforma “consistiu na resistência de grande parcela do magistério secundário que encontrou ampla ressonância no pensamento pedagógico da época”.

No momento de promulgação da Lei nº 5.692/71, Nagle julgava possível mudar tal atitude de resistência e assumir a responsabilidade (docente e administrativa) pela transformação do ensino¹⁶.

Enfim, a mais contundente observação que Nagle poderia legitimamente fazer para se defender das acusações é a de que, não obstante a nítida distinção dos seus dois trabalhos, de naturezas muito diversas, ele sempre procurou articular, seja a tríade sociedade – escola – estrutura técnico pedagógica (como em *Educação e Sociedade na Primeira República*), seja a dualidade entre os princípios orientadores da reforma e a prática escolar (como em *A reforma e o ensino*). Nos dois casos, temos o Jorge Nagle buscando pensar e promover a articulação, a integração e a composição da educação escolar brasileira.

Uma vida para a reconstrução educacional

O mesmo Espinosa que asseverou ser a vida feliz aquela em que o corpo se estende por um longo tempo mantendo-se apto a uma multiplicidade de encontros, também admitiu que certos indivíduos passam por mudanças tão radicais de vida que dificilmente podemos acreditar que continuem a ser os mesmos de antes.

Não ousa negar que o Corpo humano, mantidas a circulação do sangue e outras coisas pelas quais se estima que o Corpo vive,

¹⁶ Reforça esta interpretação o fato de Nagle estar escrevendo *A reforma e o ensino* sobre a Lei 5.692/71 que teve no Estado de São Paulo, nos tempos da administração de Ulhôa Cintra e José Mário Pires Azanha, seu grande primeiro esboço. “No início de 1970, o ministro da Educação Jarbas Passarinho já acenava com as primeiras ideias do que viria a ser a reforma empreendida pela Lei nº 5.692, que acabou com a divisão entre ensino primário e ginásial, extinguindo o exame de admissão e instituindo a escolarização obrigatória de oito anos em todo o território nacional. As reportagens em São Paulo sempre incluíam felicitações ao governo paulista, que se antecipara a tais medidas” (Cury, 2012, p. 81).

contudo possa mudar para uma natureza de todo diversa da sua. De fato, nenhuma razão me obriga a sustentar que o Corpo não morre senão transformado em cadáver; e mais, a própria experiência parece persuadir-me do contrário. Com efeito, às vezes ocorre a um homem padecer tais mutações, que não é fácil dizer que continue o mesmo (...) (2015, p. 141).

Espinosa, na continuidade da passagem acima, cita o caso de um poeta espanhol que, vítima de uma doença, ficou “tão esquecido de sua vida passada que não acreditava serem suas as Fábulas e Tragédias que escrevera”. No caso citado pelo filósofo, podemos afirmar há dois indivíduos do poeta (o anterior e o posterior ao esquecimento), ambos relativos em um corpo só. Da mesma forma, também podemos considerar que há dois Jorges Nagles.

Não me espanta e nem incomoda enxergar sempre dois Jorges Nagles. Os dois, depois de nosso conhecimento pessoal, me interessaram de alguma forma. Quem acompanhou sua presença no Salão Nobre da Faculdade de Educação da UNICAMP e assistiu àquele que talvez tenha sido seu último compromisso acadêmico público, viu-o feliz, envolvido emocionalmente na convicção de suas palavras. Nagle parecia feliz por ter podido percorrer a vida produzindo obras e estar, aos quase 90 anos de idade, lançando um livro do qual participou diretamente como responsável e como colaborador. Ele foi responsável, pois foi em virtude de seu curso de Didática, ministrado em 1964, que em 2018 saiu publicado o livro *Flutuações da Pesquisa Educacional*; ele foi, igualmente, colaborador, porque auxiliou na composição do livro.

Restam dúvidas os dois Jorges Nagles. De minha parte sempre constará, de um lado, uma admiração irrefreável pela erudição elegante do primeiro Nagle; de outro, a desconfiança permanente do pragmatismo do segundo Nagle; sem deixar de reconhecer, simultaneamente, a distância que o primeiro tem da prática escolar e a esperança vã que o segundo tem nas promessas de mudanças educacionais impositivas, fico, ainda assim, com a empatia da pessoa singular de Jorge Nagle, que mesmo em meio a um

trabalho de enaltecimento de uma reforma introduzida para destruir (e não para reconstruir) a educação nacional foi capaz de nos descrever em palavras breves o que significaria uma reforma profunda e autêntica do ensino no Brasil. Esta reforma se dá quando “o sistema escolar encontra, no seu próprio dinamismo, os recursos para sua contínua reformulação” (Nagle, 1973, p. 27). Este ideal da reconstrução da educação brasileira, encarnado no *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932), foi o lema do mestre de Nagle, Fernando de Azevedo que afirmava, desde o início da era Vargas, a necessidade de se “criar um sistema de organização escolar” no Brasil (Azevedo, 2006, p. 188). Por esse ideal, tendo ele ou não suas doses de liberalismo ou ingenuidade, o último Nagle, seja quantos for, lutou até o final.

Referências

- ALVES, Márcio. *Beabá dos MEC-US AID*. Rio de Janeiro: Gernasa, 1968.
- AZANHA, José Mário Pires. Democratização do ensino: vicissitudes da ideia no ensino paulista. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 335-344, maio/ago. 2004.
- AZEVEDO, Fernando. O manifesto dos pioneiros da educação nova (1932) – Ao povo e ao Governo. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006.
- CASTELLO, Maria. *A didática na reforma do ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974.
- CUNHA, Luiz Antonio; GÓES, Mocy. *O golpe na educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- CURY, Carlos Jamil. *et al. A profissionalização do ensino médio na Lei n. 5.692/71*. Brasília: INEP, 1982.
- CURY, Ariam. *Azanha e a democratização do acesso ao ensino*. 2012. 138 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- ESPINOSA, Bento. *Ética*. Tradução: Grupo de Estudos Espinosanos. São Paulo: Edusp, 2015.

FAZENDA, Ivani. *Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade e ideologia*. São Paulo: Loyola, 1979.

GADOTTI, Moacir. *Educação e poder – Introdução à pedagogia do conflito*. São Paulo: Cortez, 2003.

GERMANO, José Wellington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1993.

LIBANEO, Carlos. *Democratização da escola pública*. São Paulo: Loyola, 1997.

NAGLE, Jorge. *A reforma e o ensino*. São Paulo: Edart, 1973.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

OLIVEIRA, Fernando; FIGUEIREDO, Gláucia; MAGIOLINO, Lavínia (orgs.). *Flutuações da Pesquisa Educacional*. Curitiba: Appris, 2018.

ORLANDI, Luiz. O problema da pesquisa em educação e algumas de suas implicações. In: OLIVEIRA, Fernando; FIGUEIREDO, Gláucia; MAGIOLINO, Lavínia (orgs.). *Flutuações da pesquisa educacional*. Curitiba: Appris, 2018, p. 181-199.

PILLETI, Claudino. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Ática, 1997.

SAVIANI, Dermeval. Contribuição a uma definição do curso de Pedagogia. In: *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 4. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984.

SAVIANI, Dermeval. *Educação brasileira: estrutura e sistema*. 6. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.

SAVIANI, Dermeval. Contribuições da filosofia para a educação. *Em Aberto*, Brasília, n. 45, p. 3-9, jan./mar. 1990.

SAVIANI, Dermeval. *A nova lei da educação*. 9. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, Dermeval. A pós-graduação em Educação e a especificidade da pesquisa educacional. *Argumentos Pró-Educação*, Porto Alegre, n. 4, p. 3-19, jan./abr. 2017.

SAVIANI, Dermeval. *Política e educação no Brasil*. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

Submetido em: 01/03/2020

Aceito em: 08/04/2020

Publicado em: 02/07/2020